

Aspectos da institucionalização de jardins de infância e da intitulada “pré-escola” no Brasil entre finais do século XIX e primeira metade do século XX

*Vinicius de Moraes MONÇÃO¹
Fabiana Garcia MUNHOZ²*

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir alguns aspectos referentes aos processos de institucionalização da escolarização de crianças menores de sete anos no Brasil, jardins de infância e pré-escola, entre finais do século XIX e primeira metade do século XX. Primeiramente, a partir de uma análise sobre a educação “pré-escolar”, elaborada no início da década de 1940 na então capital do país, ressalta-se a importância dos estudos acadêmicos e dos movimentos sociais para o incremento das políticas públicas para a educação infantil do período. Em seguida, identifica-se, desde a década de 1860 até o início do século XX, experiências de escolarização de crianças menores de 7 anos em diferentes regiões do país. Por fim, são apresentadas reflexões sobre a problematização das categorias de raça e classe nos estudos sobre a história da escolarização de crianças pequenas. Como procedimento metodológico, foi conjugada uma pesquisa qualitativa sobre a temática em periódicos digitalizados que estão disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional junto ao levantamento bibliográfico pertinente ao assunto. Como perspectiva teórica optamos por seguir abordagens que consideram os sujeitos como agente da história e os eventos históricos pautados na compreensão de processo e experiências. Como resultados foi possível apontar para a necessidade de ampliação das pesquisas que tomem a temática da educação pré-escolar a partir de perspectivas teóricas e analíticas que tensionem as categorias de raça e classe a fim de alargarmos as compreensões sobre a complexidade do processo de institucionalização da educação pré-escolar no Brasil.

Palavras-chave: Educação infantil; história da educação; pré-escola.

¹ Formação. Universidade Federal Fluminense. ORCID: 0000-0002-3353-1655

E-mail: vinimoncaodois@gmail.com

² Historiadora (2002), pedagoga (2008), mestra (2012) e doutora (2018) em educação. Rede Municipal de Rio Claro-SP. ORCID: 0000-0002-0198-4924.

E-mail: fgmunhoz@gmail.com

Aspects of the institutionalization of kindergartens and the so-called “preschool” in Brazil between the end of the 19th century and the first half of the 20th century

*Vinicius de Moraes MONÇÃO
Fabiana Garcia MUNHOZ*

Abstract

This article aims to discuss some aspects related to the processes of institutionalization of schooling for children under seven years old in Brazil, kindergartens and preschools, between the end of the 19th century and the first half of the 20th century. First, based on an analysis of “preschool” education, elaborated in the early 1940s in Rio de Janeiro, we emphasize the importance of academic studies and social movements for the increase of public policies for early childhood education in Brazil in the period. Then, from the 1860s to the beginning of the 20th century, we identified schooling experiences for children under 7 years of age in some different Brazilian regions. Finally, we reflect on the problematization of the categories of race and class in studies on the history of schooling for young children. As methodological procedure, qualitative research on the subject was combined in digitized journals that are available for consultation in the Hemeroteca Digital Brasileira of the Biblioteca Nacional together with the bibliographic survey relevant to the subject. As theoretical perspectives, we chose to follow approaches that consider subjects as agents of history and historical events guided by the understanding of process and experiences. As a result, it was possible to point to the need to expand research that takes the theme of preschool education from theoretical and analytical perspectives that tension the categories of race and class in order to broaden the understanding of the complexity of the institutionalization process of kindergarten and preschool education in Brazil.

Keywords: Childhood education; history of education; preschool education.

Aspectos de la institucionalización de los jardines de infancia y del llamado “preescolar” en Brasil entre fines del siglo XIX y la primera mitad del siglo XX

*Vinicius de Moraes MONÇÃO
Fabiana Garcia MUNHOZ*

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir algunos aspectos relacionados con los procesos de institucionalización de la escolarización de niños menores de siete años en Brasil, jardines de infancia y preescolares, entre finales del siglo XIX y la primera mitad del siglo XX. En primer lugar, a partir de un análisis de la educación “preescolar”, elaborado a principios de la década de 1940 en la entonces capital del país, se destaca la importancia de los estudios académicos y de los movimientos sociales para el aumento de las políticas públicas para la educación infantil en Brasil del período. Luego, desde la década de 1860 hasta principios del siglo XX, se identifica experiencias de escolarización de niños menores de 7 años en diferentes regiones brasileñas. Finalmente, se reflexiona sobre la problematización de las categorías de raza y clase en los estudios sobre la historia de la escolarización de los niños pequeños. Como procedimiento metodológico se combinó una investigación cualitativa sobre el tema en periódicos digitalizados que se encuentran disponibles para consulta en la Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional junto con el levantamiento bibliográfico pertinente al tema. Como perspectiva teórica, optamos por seguir enfoques que consideran a los sujetos como agentes de la historia y los acontecimientos históricos guiados por la comprensión del proceso y las experiencias. Como resultado, fue posible señalar la necesidad de ampliar investigaciones que tomen el tema de la educación preescolar desde perspectivas teóricas y analíticas que tensionen las categorías de raza y clase para ampliar la comprensión de la complejidad del proceso de institucionalización de la educación preescolar en Brasil.

Palabras clave: Educación infantil; educación preescolar; historia de la educación.

Processos da institucionalização da pré-escola no Brasil entre finais do século XIX e primeira metade do século XX

Introdução

Nas últimas décadas do século XX e XXI temos acompanhado diversos debates voltados para o encaminhamento da institucionalização da Educação Infantil como etapa inicial da educação básica no cenário das políticas públicas. Como importantes marcos legais, podemos apontar para a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e ainda os documentos de organização e reestruturação para a Educação Infantil que migrou da perspectiva assistencialista para a perspectiva educacional. Para estes processos consideramos fundamental destacar o papel dos diversos movimentos sociais oriundos da sociedade civil, de organizações acadêmicas e científicas, que, ao atrelarem as demandas da população às perspectivas pedagógicas, políticas e sociais, direcionaram a construção de políticas públicas de efetivação dos direitos das infâncias. Deste modo, o que hoje denominamos “Educação Infantil” é resultado de décadas de pressão dos movimentos sociais ao longo do século XX e constitui um direito paulatinamente conquistado. Contudo a sua plena efetivação ainda depende de políticas públicas e da atuação de diversos sujeitos e instituições para a garantia da letra da lei.

No interior da educação, há diferentes campos que realizam uma farta discussão sobre o assunto oriundo dos “Estudos da Infância”, “História da Educação”; “Sociologia da Infância”, entre outros, com recortes temporais predominantemente a partir do século XX. Neste artigo, optamos por realçar alguns sujeitos e experiências³ educacionais voltadas às crianças menores de 7 anos, entre final do século XIX e início do século XX, em cidades de diferentes regiões do país a partir de uma abordagem metodológica que articula revisão bibliográfica de cunho exploratório e investigação por meio dos recursos digitais oferecidos pela Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Seguimos alguns princípios propostos pela História Digital para estruturar um caminho investigativo exploratório como forma de encontrar evidências em uma densa teia de informações.

Diante destes apontamentos seguimos uma trilha que buscou articular diferentes abordagens metodológicas, como o levantamento de fontes através dos processos de digitalização de jornais e periódicos e consulta a literatura sobre a temática existente. O enfrentamento da temática permitiu levantar alguns questionamentos acerca dos discursos e experiências sobre a educação para a infância entre finais do século XIX e início do século XX. Vale ressaltar, por sua vez, que as categorias de criança e infância cunhados no contexto temporal selecionado para análise, são atravessados por

³ Operacionalizamos o conceito de “experiência” como categoria de análise para os processos históricos e sociais. Ver Thompson (1981).

perspectivas de raça, classe e gênero, da mesma forma que se encontra georreferenciado em contextos urbanos.

A tradição historiográfica e alguns questionamentos

Em 1942, a revista *Cultura Política*⁴ publicou uma matéria intitulada “Parques infantis como centro de assistência social ao pré-escolar”, assinada pela inspetora do Serviço de Assistência a Menores (SAM), Mariana Agostini de Villalba Alvim (1909-2001).⁵ Dentre os dados históricos apresentados sobre a constituição do campo de educação pré-escolar centrado na Europa Ocidental, Estados Unidos e Brasil, a autora ofereceu aos leitores um panorama geral sobre os espaços institucionalizados de atenção à criança, situados entre o campo da Higiene, Puericultura e Educação.

De acordo com Alvim (1942, p. 40), no Rio de Janeiro (enquanto Distrito Federal) havia 47 espaços destinados ao cuidado infantil distribuídos entre distritos de puericultura (15), consultórios (27), hospitais-maternidade (2), creches (1), lactários (1) e depósito geral (1), todos sob a responsabilidade do Departamento de Puericultura do Distrito Federal (DPDF). Além destas, Alvim expôs algumas instituições de atenção à infância menor de sete anos, como a “obra do berço, o lar da criança, a casa do pobre e a creche abrigo Redentor”. Destacou ainda a existência de outras no território nacional que não foram mencionadas.

Sobre às instituições pré-escolares, Alvim (1942, p. 40) diz que:

No nosso país, segundo informações da Diretoria de Estatística do Ministério da Educação, vê-se que, de acordo com os últimos dados estatísticos relativos a 1937, não havia nesse ano senão 23 creches e 753 jardins de infância. Esses estabelecimentos possuíam 1.446 professores e um total de 40.793 alunos. (...) Considerando-se a população atual do Brasil de 45 milhões, teremos a proporção de um aluno matriculado para um grupo de 1.103 habitantes. Os estabelecimentos oficiais eram, então, apenas 189 e continham 17.813 alunos aproximadamente. As crianças na idade de 4 a 6 anos eram, na mesma época, de 4.034.628. O simples confronto destes números é bastante para demonstrar o quão longe estamos ainda do desenvolvimento necessário da educação pré-primária.

⁴ A “Revista Cultura Política – Revista Mensal de Estudos Brasileiros” publicada entre os anos de 1941 e 1945, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – órgão criado em 1939, durante o Estado Novo, pelo governo de Getúlio Vargas responsável pela propaganda política do regime e, também, por realizar a censura. Foram 53 volumes da revista, publicados sob a direção de Almir de Andrade (bacharel em direito, professor de psicologia no curso da Faculdade de direito, jornalista), que era considerado um intelectual do Estado Novo (CÂMARA, 2010, p. 51).

⁵ Mariana Alvim, filha do médico Álvaro Alvim, formou-se na Sorbonne-Paris onde foi aluna de Henri Wallon (1879-1962). Posteriormente estudou na Universidade da Pensilvânia e Nova Jersey, nos Estados Unidos. Pedagoga, psicóloga e assistente social, atuou de modo ativo no contexto brasileiro, dentre os quais a criação da Escola Feminina de Artes e Ofícios, assistente social e psicóloga do SAM e chefe do serviço de assistência social psiquiátrico do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MARWELL, 1999)

Processos da institucionalização da pré-escola no Brasil entre finais do século XIX e primeira metade do século XX

Referindo-se especificamente à situação do Distrito Federal em 1940, Alvim (1942) apontou a existência de 13 escolas pré-primárias/maternais, todas de cunho particular; destas, seis eram de matrículas gratuitas e sete cobravam mensalidades.⁶ Juntas, elas atendiam ao quantitativo de 201 crianças. Para o pré-primário infantil/jardim de infância havia 248 instituições de ensino, das quais nove eram ofertados pela municipalidade e os demais eram particulares. Dentre este último grupo, 24 ofereciam matrículas gratuitas. Sobre o total de crianças atendidas pela “rede” de jardins de infância existentes no Distrito Federal, 6.245 se deram pela iniciativa privada e as 1.635 crianças eram atendidas pela Municipalidade.

Vale apontar que as escolas pré-primárias criadas e mantidas pela prefeitura do Distrito Federal estavam distribuídas entre a região central da cidade e bairros da Zona Sul. Fato que ignorava parte considerável da população que residia nos subúrbios e Zonas Rurais do território carioca. Apenas três escolas funcionavam em edifício próprio e tinham a capacidade de receber um público maior. Os outros jardins de infância público municipais funcionavam no interior de alguns grupos escolares. Frente à crescente demanda de crianças por matrículas nos jardins de infância, a oferta de vagas em dois turnos foi adotada pela administração pública como medida preventiva (ALVIM, 1942). O que a princípio era uma medida temporária passou a constituir uma prática da cultura escolar educativa.

Os dados sistematizados por de Mariana Alvim demonstram que, na década de 1940, a escolarização de crianças menores de 7 anos atingia uma parcela muito pequena da população na então capital do país. Pesquisas na área da História da Educação nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo asseveram que até meados do século XX, foram poucas as iniciativas voltadas para as crianças menores de 7 anos (Bastos, 2001; Kishimoto, 1986, 1988); Kuhlmann Jr., 2000, 2011 e Monarcha, 2001).

Embora rarefeitas, experiências pontuais constituíram um repertório que tornou possível a ampliação paulatina e a legitimação desta etapa da educação. Por isso, realizamos um breve deslocamento da análise histórica para o século XIX, buscando identificar indícios da educação “pré-escolar”⁷. É possível apontar para a década de 1860 como o início (tímido) de um processo de

⁶ Embora em seu texto, Alvim não tenha explicado o significado para o termo empregado “matrículas gratuitas”, pela organização do ensino municipal carioca, podemos supor que se trata do modelo subsidiado. Neste modelo, frente à ausência de aparato estatal para o atendimento educacional, a administração municipal repassava verbas às instituições privadas cujo valor era revertido em matrículas para a população infantil. Sobre esta discussão ver Torres (2012)

⁷ Optamos por adotar o termo educação pré-escolar e não educação infantil por compreender que o último está carregado de perspectivas educacionais, políticas e culturais contemporâneas que não nos favorece o deslocamento conceitual para pensar a escolarização de crianças menores de sete anos no contexto da primeira metade do século XX. Em adição, os termos identificados para se referir a este nível educativo no período analisado são em geral educação pré-primária,

MONÇÃO; MUNHOZ.

escolarização de crianças menores de sete anos, pela existência de discursos, proposições e experiências educativas em algumas cidades. Por conta de tradições da produção historiográfica e das forças políticas e culturais, as experiências de reformas escolares empreendidas no contexto urbano carioca e paulistano no início do período republicano foram amplamente investigadas. Estes estudos se converteram em referências sobre o desenvolvimento da educação “pré-escolar” no Brasil (Arce, 2004).

Contudo, verifica-se uma diversidade de ações, projetos e experiências que foram empreendidas em outras localidades do território brasileiro. O avanço das discussões na História da Educação nos últimos anos tem apontado novos horizontes e sujeitos atuantes no campo da educação “pré-escolar”. No interior da História da Educação, destacamos estudos dos estados do Paraná e da Bahia. No Paraná, há a perspectiva analítica apresentada por Bida (2007) sobre um jardim de infância criado em Castro na década de 1860 e o estudo de Oliveira (2001) que analisou a organização escolar paranaense no início do século XX. Para o contexto baiano, Brandão (2006), Luz (2009) e Brandão (2020) discutem a temática a partir de experiências educativas empreendidas na cidade de Salvador. Dentre os pontos apresentados pelos autores, destacamos a tradução da pedagogia científica de Maria Montessori, traduzido por Alípio Correia Franca (1871-1957), professor catedrático da Escola Normal da Bahia e publicado em 1924 em Salvador.

Numa discussão sobre as dispersões e apropriações de perspectivas pedagógicas e a criação de pré-escolas no interior fluminense, Monção e Martínez (2020) e Monção (2021) analisaram a criação de escolas pré-primárias no contexto de reestruturação da malha educativa pública do Estado do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. Neste investimento, os autores identificaram a circulação de sujeitos entre cidades e países no processo de estruturação da institucionalização educativa para a infância. Esses são alguns exemplos de investimentos de pesquisa realizados nos últimos anos sobre a atuação de sujeitos e experiências no contexto da educação pré-escolar no Brasil, dentre outros não contemplados neste texto.

Com o intuito de localizar outros vestígios e indícios da institucionalização da “pré-escola” optamos por utilizar a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN) como universo de coleta e produção de dados analíticos. Assim, através dos jornais digitalizados e disponibilizados para consulta pública, selecionamos algumas capitais e, através da ferramenta de busca automatizada, como forma de apontar para a potencialidade do desenvolvimento de pesquisas sobre o assunto. Em

educação pré-escolar, escola maternal, jardim de infância, jardim infantil. A gramática para a escolarização de crianças menores de sete anos é vasta e cada termo carrega consigo elementos concernentes às suas perspectivas pedagógicas.

Processos da institucionalização da pré-escola no Brasil entre finais do século XIX e primeira metade do século XX uma incursão exploratória nos periódicos na HDBN,⁸ nos utilizamos dos termos “pré-escola”, “jardim de infância”, “escola maternal” como chave de entrada para o uso da ferramenta digital. A seleção das cidades se deu de forma aleatória, evitando as cidades que têm sido contempladas pela historiografia citada.

Nos últimos anos, com os avanços das tecnologias digitais e dos sistemas de armazenamento e acesso às fontes históricas digitais e digitalizadas, a HDBN tem se apresentado como uma ferramenta de consulta aos periódicos digitalizados e mantidos pela Biblioteca Nacional.⁹ A ferramenta de busca automatizada nos jornais digitalizados tem sido um profícuo caminho de pesquisa. Embora a questão da História Digital (HD) não seja novidade entre nós, tendo em vista que as primeiras discussões em território nacional foram identificadas durante a década de 1990, consideramos que os avanços dos últimos anos do uso e atravessamentos do digital na pesquisa em história possa colaborar com a estruturação de um corpus teórico e metodológico que fundamente uma possível História Digital da Educação (HDE).¹⁰

Da investida na HDBN coletamos dados sobre as cidades de Manaus (AM), Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE), no contexto entre final do século XIX e principalmente a partir do início do século XX.

Para o contexto manauara, a primeira menção que identificamos sobre os jardins de infância nas proposições sobre a instrução pública em Manaus está presente na mensagem do vice-governador do estado, José Cardoso Ramalho Júnior, em 1898. Em sua proposição para a formação de professor no estado, a Escola Normal deveria se separar do Ginásio Amazonense, de modo que fosse instalado em prédio próprio com espaço para a criação de um jardim de infância, este como uma seção de ensino integrada às demais e sobre a criação de um jardim de infância no Instituto Benjamin Constant (MANÁOS, 1898). O assunto dos jardins de infância e casas maternais aparecem em outras mensagens em anos posteriores distintos, sendo mais recorrente na década de 1920, como elemento de destaque na organização da estrutura educativa local.

Em Belém do Pará, os indícios remontam à década de 1880. O “Diário de Notícias” paraense publicou anúncios e comentários sobre a existência de jardins de infância e a comercialização de materiais pedagógicos, como o caso do jardim de infância do Colégio Americano dirigido por D.

⁸ A seleção dos periódicos foi feita a partir do maior e o menor número de ocorrências dentro do recorte temporal estabelecido para as análises que é a primeira metade do século XX, bem como mensagens de presidentes, governadores e vice-governadores quando existentes. O conteúdo selecionado teve como proposição apresentar um breve apontamento de aspectos importantes, de modo a indicar peculiaridades e paralelos entre as experiências empreendidas no campo da educação pré-escolar.

⁹ Sobre o uso da HDBN na pesquisa histórica ver Brasil e Nascimento (2020).

¹⁰ A respeito dessa discussão ver em Monção (2021), Ruyskensvelde (2012).

MONÇÃO; MUNHOZ.

Anesia Mamoré, cuja recomendação publicada no jornal fora assinada por José Veríssimo, diretor da instituição (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 6/6/1883, p. 2; 24/04/1884, p. 2; 25/4/1884, p. 2). Além deste, também há anúncios da “Escola mista Jardim de Infância”, sob direção de Maria d’Andrade Bentes (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13/1/1893, p. 2). No jornal *O Pará*, encontramos notícia publicada em sua primeira página em 1898, trata-se de um pedido de cessão de terreno apresentado por Dona Esmeralda Cervantes Grossman para a construção de um jardim de infância (O PARÁ, 5/3/1898, p. 1). Neste mesmo ano, na revista *O anjo do lar*,¹¹ um artigo assinado por Henrique Rubim defendia a criação de creches e jardins de infância na capital do estado como uma “vantagem inestimável para o proletário e, seja-nos lícito afirmar, mesmo para a população em geral” (O ANJO DO LAR, 1/9/1898, p. 3). Por fim, outro ponto de pauta identificado foi a reclamação da necessidade de reforma da escola normal para oferecer curso preparatório e técnico para a formação em jardins de infância, feita por Arthur Porto, diretor da instituição particular “Colégio Progresso Paraense” (ESTADO DO PARÁ, 4/5/1912, p. 2)

Na costa atlântica, em Fortaleza, a maior parte das ocorrências sobre jardins de infância estão concentradas a partir da década de 1920. Anterior a este período é possível identificar referências e discussões sobre o assunto, assim como publicidade sobre experiências de cunho privado, como é o caso do Jardim de Infância criado pela D. Josepha Sedrin, na década de 1880 (CEARENCE, 20/07/1887, p. 1; 14/12/1887, p. 2); e da Escola Americana, da qual em 1894 noticiava que esperava chegar de Nova York o material destinado à classe de jardim de infância¹² (A REPÚBLICA, 19/01/1894, p. 4). Além dos anúncios, gostaríamos de destacar a notícia publicada pelo jornal *Libertador*, no qual tornava público o recebimento de “40 libretos” de jardins de infância, doados pelo Dr. Virgílio de Moraes, inspetor da instrução pública, oferecidos ao Dr. Adolpho Campello, para compor o acervo do Gabinete de Leitura de São Benedito (LIBERTADOR, 5/10/1886, p. 2). Assim, seguindo a proposição de Julia (2001), é possível considerar que, com o estabelecimento dos jardins de infância e da pré-escola verifica-se a constituição de uma cultura material escolar como objeto histórico. O acesso às fontes é de fundamental importância para avançarmos nas discussões sobre a educação de crianças menores de sete anos e sobre a formação de professoras para atuarem neste segmento.

¹¹ A revista “O Anjo do Lar”, de tiragem mensal e estava relacionado com uma rede de “asilos internacionais protetores da infância” e teve como diretora e fundadora Esmeralda Cervantes Grossmann. Na HDBN está disponível apenas o primeiro número do periódico, o que nos impede de realizar uma análise mais aprofundada sobre sua estruturação, articulação e divulgação.

¹² A importação de material pedagógico de Nova York pode ser relacionada com o destaque que as experiências educativas daquela cidade tiveram no cenário internacional. Ver a discussão em Monção (2018).

Processos da institucionalização da pré-escola no Brasil entre finais do século XIX e primeira metade do século XX

A partir da abordagem de cunho exploratório de perspectiva qualitativa aos diversos jornais digitalizados e disponíveis até o momento na base de dados da Biblioteca Nacional, é necessário realizarmos alguns apontamentos. O primeiro refere-se à metodologia utilizada; por meio do manuseio da ferramenta digital, identificamos experiências e discussões sobre a escolarização de crianças menores de sete anos em outras localidades além das cidades aqui contempladas, como Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Vitória, Cuiabá e outras, no contexto entre final do século XIX e principalmente a partir do início do século XX. Contudo, devido às limitações deste texto, apresentamos aqui todo o material localizado que consideramos mais interessantes para as nossas análises.

Outro aspecto refere-se ao uso de periódicos como fonte para a história da educação. É inquestionável a relevância de periódicos para a investigação sobre os processos educativos (VIDAL, CAMARGO, 1992; CATANI, 1996; FERNANDES, KULHMANN JÚNIOR, 2012; HAENGGELI-JENNI, 2017). No entanto, a recente virada digital e a empregabilidade de softwares nas pesquisas nos convidam a rever os processos e abordagens metodológicas em razão das (novas) relações estabelecidas entre o historiador e as fontes digitais, o volume de dados e possíveis tentações frente a agilidade e “praticidade” na produção de dados (HOEKSTRA, KOOLEN, 2018). Assim, novos desafios se apresentam à oficina do historiador (LUCCHESI, 2014; LOPES, 2018).

Ainda como ponto de destaque, pela imersão exploratória, foi possível identificar que a pauta de escolarização para a infância menor de sete anos estava presente nos debates e proposições públicas que circulavam tanto pelos periódicos, como presente nas mensagens de presidentes, governadores e vice-governadores das províncias, para o contexto imperial, e dos estados no contexto republicano. As colocações referentes aos jardins de infância e pré-escolas estão presentes tanto na dimensão da oferta educativa feita por sujeitos e instituições privadas, como pela necessidade de sua oferta ser feita pela administração pública como, também, pelos debates em torno da formação das professoras.

A década de 1920 pode ser vista como um marco de mudança de paradigma na questão da educação pré-escolar. Seja por vias de percepção de uma maior estrutura estatal que passou a oferecer os jardins de infância dentro da estrutura dos grupos escolares, como também pela mudança do paradigma pedagógico em razão da maior divulgação da perspectiva montessoriana que passou a ocupar os espaços escolares em substituição ao modelo froebeliano (CAMPOS, 2017; MONÇÃO, 2021).

Ampliação de perspectivas de análises para a escrita da história da educação pré-escolar

Como forma de ampliação dos horizontes e adoção de uma ação investigativa para o tema proposto, consideramos necessário apontar algumas questões que tomaram corpo no campo da História da Educação brasileira nos últimos anos e que consideramos necessários de serem (re)pensados, raça e classe.

Dentre a bibliografia existente sobre a temática dos jardins de infância para final do século XIX e início do século XX (KISHIMOTO, 1986; KUHLMANN Jr. 2011; MONARCHA, 2009), percebemos uma ausência da preocupação com a questão da raça das crianças e professoras que ocuparam o espaço de educação da infância. Se por um lado, a questão da classe social das crianças é indicada por conta da destinação que estas instituições possuíam, por outro percebemos a necessidade de aprofundamento e continuidade de discussões sobre aspectos de raça e classe das professoras que atuavam nestes espaços. Neste mesmo movimento, percebemos uma ausência das análises sobre raça das crianças que ocupavam os bancos escolares. Sobre este tópico, é possível compreender que as discussões de raça estavam se estabelecendo no campo da História da Educação quando surgiram os estudos sobre a educação da infância no contexto do recorte temporal aqui abordado, e, por outro, acreditamos que esta ausência ajuda a consolidar uma narrativa homogênea que contribui para o apagamento das complexidades histórico-sociais que formam a sociedade brasileira.

Monção (2019), ao analisar documentos históricos referentes à criação do primeiro jardim de infância público criado na cidade do Rio de Janeiro em 1909, identificou em fotografia que compunha a massa documental analisada a presença de crianças negras e mestiças dentre os alunos daquela instituição, que estava situada na região central da cidade (imagem 1). Para o outro jardim de infância criado no mesmo período, porém no bairro de Botafogo, a presença de crianças brancas dentre os alunos fotografados era majoritária. A percepção da existência de pessoas negras e mestiças também se deu nas características físicas do corpo docente, no qual a aparência e fisionomia das professoras anunciavam suas mestiçagens (imagem 2). Além disso, como forma de tensionar a dimensão racial, cabe-nos questionar se aquelas crianças eram apenas filhas da burguesia ou eram provenientes de famílias operárias que ocupavam as regiões naquele período.

Processos da institucionalização da pré-escola no Brasil entre finais do século XIX e primeira metade do século XX

Figura 1: Grupo de alunos e professoras do Jardim de Infância Campos Salles (Rio de Janeiro, 1909). Fotografia: Augusto Malta



Acervo: Espaço de Desenvolvimento Infantil Campos Salles. Reprodução digital.

Para a realidade dos jardins de infância particulares a fragmentação da documentação histórica tem sido um desafio para traçar análise de composição de classe e raça dos alunos e professoras. Müller (2008) abordou esta dificuldade para o contexto das escolas primárias no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro e que podemos nos aproximar de suas proposições para alargar a questão e incluir o contexto da pré-escola. Para este desafio, Davis (1997) nos oferece uma abordagem teórica de seguir os fluxos dos sujeitos históricos pertencentes a grupos não hegemônicos a partir das “margens”. Pela perspectiva social, as margens são ocupadas por sujeitos que não ocupam espaço de destaque nas narrativas históricas oficiais; mas, se pudermos evocar uma perspectiva metafórica, assim como os rios, as margens constituem a parte de terra fértil já que acumula os substratos e matéria orgânica necessária para gerar vida após os períodos de cheia.

A população negra, embora majoritária no Brasil, segue marginalizada sofrendo os impactos da desigualdade e do racismo. Sobre a categoria “raça” temos acompanhado nos últimos decênios o fortalecimento de perspectivas teóricas e analíticas que têm dado a devida importância ao tema das

relações raciais. Trata-se de uma demanda histórica muito sensível da sociedade brasileira que tem reverberado nas artes, nas culturas e nas ciências humanas. Barros (2022, p. 169) destaca que a “urgência da educação antirracista impulsionou mudanças nas discussões sobre a educação escolar e contribuiu para avanços na legislação”.

Se a temática das relações raciais na história do Brasil constitui-se como fundamental perspectiva histórica, foi somente na alvorada do século XXI que a história da educação da população negra passou a conquistar espaço. Deste movimento observamos que nas últimas duas décadas deste século houve um aumento significativo nas pesquisas sobre a temática que contou com “o alargamento das fontes, metodologias utilizadas, a ampliação de períodos, localidades e a diversidade de categorias abordadas” (BARROS, 2017, p. 18). Neste processo, tornou-se foco priorizar os sujeitos negros e sua relação com a escola, elegendo diferentes categorias como trabalhadores, escravos, libertos, mulheres, quilombolas, professores e, também, as crianças.

Sobre as crianças negras, vale destacar o enfoque a partir da categoria “ingênuos” em estudos com recorte temporal circunscrito à segunda metade do século XIX. As crianças ingênuas foram aquelas que nasceram após a Lei do Ventre Livre, de 1871, que determinava que ninguém mais nascia escravo no Brasil. Esta categoria de infância destaca as experiências de sujeitos que foram violentados e apagados da nossa história.

Daniela Portela (2012) recuou ao século XIX para investigar a escolarização de crianças negras no período final da escravidão. Em sua pesquisa de mestrado, estudou as “iniciativas de atendimento para crianças negras na província de São Paulo (1871-1888)”, perquirindo se e como se deu a escolarização de crianças negras livres após a Lei do Ventre Livre em São Paulo. Recorrendo a Chalhoub (1990), Portela considerou que ainda que imperfeita, injusta e até absurda, a lei mudou as relações entre escravizados e escravocratas no Brasil, pois os escravizados se apropriaram dos dispositivos da lei movendo ações de liberdade com o objetivo de garantir sua liberdade e o direito de nascer livre aos seus filhos. Assim, no interior de um contexto escravocrata, a “Lei do Ventre Livre” inaugurava uma “nova categoria de infância e de criança” (PORTELA, 2012, p. 151), denominados “ingênuos” na legislação.

Ainda, de acordo com a autora, a província de São Paulo foi omissa em relação à escolarização dos ingênuos, visto que estas crianças não foram entregues ao estado, a maioria foi mantida nas fazendas e não puderam acompanhar suas mães libertas. As crianças negras livres foram “relegadas a um lugar de invisibilidade e abandono por um longo tempo” (PORTELA, 2012, p. 154).

Processos da institucionalização da pré-escola no Brasil entre finais do século XIX e primeira metade do século XX
Contudo, a experiência de São Paulo não deve ser vista como uma regra, já que foi identificada a escolarização de crianças negras livres na província do Paraná. Para o contexto paranaense, Anjos (2010) investigou “algumas práticas em torno da escolarização dos ingênuos, na última década da escravidão, a partir do terceiro distrito escolar da cidade da Lapa, motivada pela lei da obrigatoriedade escolar de 3 de dezembro de 1883” (ANJOS, 2010, p. 14). Em sua pesquisa, constatou que as crianças negras livres foram matriculadas em escolas públicas locais e algumas delas permaneceram um tempo mais considerável, enquanto outras ficaram por um curto período, provavelmente por terem ultrapassado a idade de obrigatoriedade. Anjos (2010) relata o caso de um menino ingênuo que foi matriculado pelo professor da escola masculina de primeiras letras, antes mesmo da lei da obrigatoriedade assim determinar, situação que demonstra como os sujeitos exerciam suas agências frente a um complexo cenário social de exclusão, hierarquia e violência.

Os estudos sobre a escolarização das crianças ingênuos evidenciam que a problematização racial da infância permite a compreensão de processos políticos mais amplos como a resistência à escravidão e as agências abolicionistas na luta pela liberdade. Este complexo cenário, ao seguir as proposições de Davis (1997), permite margear os processos históricos referentes à institucionalização da escolarização de crianças pequenas e torna possível e permite escapar de uma perspectiva de leitura histórica pautada na “branquitude e classismo metodológico”. Por conseguinte, ajuda a superar interpretações que tomam os grupos sociais economicamente favorecidos como padrão de organização social e os sujeitos brancos como sujeito histórico validado.¹³

Outro exemplo de problematização racial em estudos sobre a história da escolarização de crianças é a atuação do professor Hemetério José dos Santos (homem negro) uma importante personagem no cenário educativo e antirracista no contexto entre o Império e a República (MÜLLER, 2008; SANTOS, 2019). Hemetério foi proprietário e professor do jardim de infância Froebel, localizado no então bairro do Engenho Velho, no Rio de Janeiro, na década de 1870.¹⁴ Frente aos poucos (e instigantes) indícios que resistiram à fúria do tempo e aos constantes apagamentos que a história oficial faz das experiências históricas da população negra, torna-se importante nos perguntarmos sobre a cor e classe das professoras e das crianças que frequentaram os bancos pré-escolares na primeira metade do século XX pelo território brasileiro (MONÇÃO, 2018).

¹³ O termo é uma proposição desenvolvida a partir da percepção de “nacionalismo metodológico” defendido por Lawn (2014) e que tem como base uma abordagem da história em que a branquitude e as classes são dadas como elementos estáveis e filtro de base para a leitura do mundo.

¹⁴ Para saber mais sobre a trajetória de vida de Hemetério José dos Santos ver em Santos (2019) e Silva (2015)

MONÇÃO; MUNHOZ.

Sobre este ponto, a partir de Müller (2008), ao recuperar as fotografias do contexto escolar carioca produzido no contexto do início do século XX, podemos identificar a atuação de professoras negras e mestiças no contexto da educação pré-escolar. Silva (2021) considera que a branquitude e o recorte de classe foi responsável por engendrar um imaginário social em que a vida das mulheres (e das professoras) “estavam atravessadas por perspectivas biologizantes sobre gênero, raça e condição social”. (SILVA, 2021, p. 72)

Sobre as professoras, valeria a pena nos questionar sobre os indícios referentes à presença de um corpo docente não homogêneo no espaço pré-escolar, como a partir de fotografias e outras fontes históricas, existente nas diversas localidades brasileiras a fim de enfrentarmos a branquitude e classismo metodológico. Para isso, a fotografia abaixo (figura 2) nos ajuda a tensionar a narrativa da branquitude dentre o corpo docente no contexto da educação da infância. Embora não seja possível afirmar a origem social das professoras, os traços mestiços apresentados em algumas das fisionomias nos ajudam a identificar a presença desses sujeitos nos espaços dos jardins de infância.

Figura 2: Grupo de professoras do jardim de infância Hermes da Fonseca (Rio de Janeiro, 1910). Fotógrafo: Brun



Fonte: Revista Fon-Fon, 1910.

É possível considerar que nem todas as professoras que atuaram em pré-escolas do período analisado possuíam a formação esperada para este nível de ensino. Como apontou Monção (2022), no caso fluminense, o primeiro curso de formação e concurso específico de professoras ocorreu via decreto n. 2930, de 5 de julho de 1933, que estabeleceu regras específicas para o ingresso de professoras na pré-escola (MONÇÃO, 2022). Em geral, os jardins de infância e pré-escolas estavam associados aos Institutos de Educação, como o caso do Instituto de Educação do Rio de Janeiro

Processos da institucionalização da pré-escola no Brasil entre finais do século XIX e primeira metade do século XX (LEITE FILHO, 2011) que atendia uma um pequeno grupo de crianças e que a partir das práticas educativas ali empreendidas formava as futuras professoras. Neste estado, a ausência de escolas normais que atendessem a toda população em formação docente desencadeou a criação de um curso de especialização com finalidade de suprir a demanda de professoras de pré-escola, a exercer ou que já exerciam a função (MONÇÃO, 2022).

Com relação ao recorte de classe, Monção (2019), a partir da análise de dados de distribuição geográfica de jardins de infância na malha da cidade carioca, identificou a existência de diferentes serviços educativos para a infância que atendiam diversos núcleos econômicos existentes na região central do Rio de Janeiro. Jardins de infância mistos, apenas para meninos, com corpo docente e material pedagógico específico eram ofertados de modo diferente pelas escolas, de modo que as mensalidades coubessem nos diferentes orçamentos familiares. Além disso, como vimos anteriormente para o contexto da década de 1940, a existência de jardins de infância público, privados e de matrículas gratuitas revelam uma complexa trama de oferta de vagas e modos de escolarização da infância.

Considerações finais

A expansão da educação infantil vem sendo investigada por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento como: Estudos da Infância, Ciências Sociais, Serviço Social, Políticas Públicas, Educação e outras, ressaltam a proeminência das crianças enquanto sujeitos histórico e social de modo a compreensão das demandas e relações sociais são estabelecidas.

Neste artigo apresentamos alguns aspectos relacionados aos processos de institucionalização de jardins de infância e pré-escolas no contexto dos finais do século XIX e início do século XX. Para isso, recorreremos ao apontamento de experiências locais e empreendimentos realizados por sujeitos inseridos na temática. Para o levantamento dessas experiências e sujeitos recorreremos principalmente às fontes digitalizadas oriundas da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, além da bibliografia existente sobre o tema e o recorte escolhido.

Uma das nossas preocupações neste trabalho foi chamar atenção aspectos relacionados à raça de professoras e crianças que ocuparam os jardins de infância e pré-escolas. Para isso, recorrer a documentação escolar, álbuns escolares e outros tipos possíveis de fontes poderá aprofundar e ampliar alguns aspectos e questionamentos aqui apresentados. Não ignorando a produção historiográfica

MONÇÃO; MUNHOZ.

existente, foi possível apontar para existência de jardins de infância e pré-escolas em algumas cidades do país já no final do século XIX.

Por fim, a perscrutar a distribuição geográfica e as diversas experiências e agências dos sujeitos que atuaram na defesa pela manutenção e expansão de instituições para crianças menores de sete anos, como o caso de Mariana Alvim e outros, nos permite traçar paralelos e conexões até então carentes de investimento.

Referências

ALVIM, Mariana Agostini de Vilalba. Parques infantis como centro de assistência social ao pré-escolar. **Cultura Política**, n. 15, maio, 1942.

ANJO DO LAR, O: revista mensal internacional. Período: 1898 (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional - TRB03559.0072)

ANJOS, Juarez Tuchinski. Práticas em torno da escolarização de ingênuos na cidade da Lapa, Província do Paraná (1880-1887). In: **33a Reunião Anual da ANPED**, 2010, Caxambú. Anais da 33a Reunião Anual da ANPED - Caxambú, 2010.

ARCE, Alessandra. As pesquisas na área da educação infantil e a história da educação: construindo a história do atendimento às crianças pequenas no Brasil. **Revista História da Educação**, vol. 11, núm. 21, janeiro-abril, 2007, pp. 107-131 Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação Rio Grande do Sul, Brasil.

BARROS, Surya Aaranovich Pombo. Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (Século XIX), Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARROS, Surya Aaranovich Pombo. Sem romantizar e sem amnésia: História da Educação como ferramenta para uma educação antirracista. In: Surya Aaronovich Pombo de Barros; Ariadne Lopes Ecar. (Org.). **História da educação: formação docente e a relação teoria-prática**. São Paulo: FEUSP, 2022, p. 169-187.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Jardim de crianças: o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira. In: MONARCHA, Carlos (Org.). **Educação da infância brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001, p. 31-80.

BIDA, Gislene Lössnitz. O primeiro jardim de infância no Brasil: Emília Erichsen. **Revista HISTEDBR On-line**, n. 25, mar./2007.

BRANDÃO, Isabel Cristina de Jesus. História da educação infantil na Bahia durante o Império: uma análise inicial do jornal *O Mentor da Infância*. SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS: HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, VII., 2006, Campinas. Anais [...]. Disponível em:

Processos da institucionalização da pré-escola no Brasil entre finais do século XIX e primeira metade do século XX
https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/zRhkeLs3.doc.
Acesso em 27/03/2022.

BRANDÃO, Verônica de Jesus. Os jardins de infância nas teses apresentadas pelos professores primários da educação pública do município de Salvador nas conferências pedagógicas (1913-1915). **Revista Nordestina de História do Brasil**, v. 3, n. 5, jul./dez. 2020.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos históricos**, v. 33, n. 69, p. 196-219, 2020. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/4179>. Acesso em: 17 mar. 2021.

CÂMARA, Marcelo Barbosa. Cultura política – Revista mensal de estudos brasileiros (1941-1945): um voo panorâmico sobre o ideário político do Estado Novo. São Paulo, 2010, Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

CAMPOS, Simone Ballmann de. A institucionalização do método Montessori no campo educacional brasileiro (1914-1952). Tese (Doutorado em educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

CATANI, Denice Barbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*. n.º 10, n.º 20, jul/dez. 1996, p. 115 - 130. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/928/842>. Acesso em: 6/11/2018.

CEARENCE, O. Fortaleza. Período: 1846-1891. (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709506/18664>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

DAVIS, Natalie Zamon. **Nas margens**: três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém do Pará. Período 1881-1898. (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/763659/11271>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

FERNANDES, Fabiana Silva; KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Análise de periódicos na história da educação: princípios e procedimentos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 145, maio/ago., 2012, p. 562-585.

ESTADO DO PARÁ. Belém do Pará. Período: 1911-1921. (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800082/1>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

FUCHS, Eckardt. History of education beyond the nation? Trends in historical and educational scholarship. In: BAGCHI, Barnita; FUCHS, Eckardt; ROUSMANIERE, Kate (Orgs.). **Connecting histories of education. Transnational and cross-cultural exchanges in (post) colonial education**. Nova York: Berghan Books, 2014.

HAENGGELI-JENNI, Béatrice. **L'Éducation nouvelle entre science et militance**: débats et combats à travers la revue Pour l'Ère Nouvelle (1920-1940). Bern: Peter Lang, 2017

HOEKSTRA, Rik; KOOLEN, Marijn. Data scopes for digital history research. **Historical Methods**: a journal of quantitative and interdisciplinary History, v. 52, n. 2, 2018, p. 79-94

KUHLMANN JR. Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, mai./ago. 2000.

KUHLMANN JR. Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2011.

KISHIMOTO, Tiziko Morshida. **A pré-escola em São Paulo** (das origens a 1940). São Paulo: Tese (doutorado) São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.

KISHIMOTO, Tiziko Morshida. **A pré-escola em São Paulo (1877-1940)**. São Paulo. Ed. Loyola. 1988.

LAWN, Martin. Um conhecimento complexo: o historiador da educação e as circulações transfronteiriças. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 14, n. 1, p. 127-144, 2014.

LIBERTADOR. Fortaleza. Período: 1881-1890. (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/229865/1>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

LOPES, André Pereira Leme. Virada digital? Pesquisa histórica no ciberespaço. *Tempo e argumento*, v. 10, n. 24, p. 136-169, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310242018136>. Acesso em 30/09/2020.

LUCCHESI, Anita. Por um debate sobre História e Historiografia Digital. *Boletim Historiar*, nr. 2, 2014.

LUZ, José Augusto Ramos. Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928). Tese (doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, 2009.

MANÁOS. Mensagem do ex. sr. José Cardoso Ramalho Júnior, vice-governador do estado. 10 de julho de 1898.

MARWELL, José. Mariana Agostini de Villalba Alvim. **Caixa de Ressonância**, n. 19, v.2, 1999.

MONARCHA, Carlos. Revista do Jardim da Infância: uma publicação exemplar. In: MONARCHA, Carlos (Org.). **Educação da infância brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001, p. 31-80.

MONÇÃO, Vinicius de Moraes Maria Guilhermina Loureiro de Andrade nas redes do kindergarten. Tese (doutorado em Educação). Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

MONÇÃO, Vinicius de Moraes. **Espinhos no Jardim**: uma história sobre a criação do primeiro jardim de infância público carioca. Rio de Janeiro: Ed. Letras e Versos, 2019.

Processos da institucionalização da pré-escola no Brasil entre finais do século XIX e primeira metade do século XX. MONÇÃO, Vinicius de Moraes; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. Jardins de infância públicos estaduais na cidade de Campos dos Goytacazes na primeira metade do século XX. **History of education in Latin America**, v. 3, 2020.

MONÇÃO, Vinicius de Moraes. Uso de software na pesquisa em história da educação: a revista *The New Era* sob a ótica da história digital. RABELO, Rafaela Silva; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). **Escola nova em circuito internacional: cem anos da New Education Fellowship**. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2021.

MONÇÃO, Vinicius de Moraes. Apontamentos sobre a(s) história(s) da formação de professoras pré-escolares na primeira metade do século XX. **História da Educação, formação docente e a relação teoria-prática**. São Paulo: FEUSP, 2022.

OLIVEIRA, Maria Cecília de. Organização escolar no início do século XX: o caso do Paraná. **Educar**, n. 18, p. 143-155, 2001.

PARÁ, O. Belém do Pará. Período: 1897-1900. (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/306223/1>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

PORTELA, Daniela Fagundes. Iniciativas de atendimento para crianças negras em São Paulo (1871-1888). Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2012.

REPÚBLICA, A. Belém do Pará. Período: 1886-1900. (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704440/1>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

REVISTA FON-FON. Rio de Janeiro. Período: 1907-1958. (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/259063/1>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

RUYSKENSVELDE, Sarah Van. Towards a history of e-ducation? Exploring the possibilities of digital humanities for the history of education, **Paedagogica Historica**, v. 50, n. 6, p. 861-870, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00309230.2014.955511>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SANTOS, Aderaldo Pereira. Arma da educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos (1870-1930). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2019, 429f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVA, Luara dos Santos. "Etimologias de preto": Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920). Rio de Janeiro, RJ: CEFET, 2015, 187f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicorraciais), Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

SILVA, Luara dos Santos. O nosso feminismo e a arte de ensinar crianças: professoras primárias entre práticas de controle e agências no Brasil Republicano (1900-1920). In: CARLONI, Karla; MAGALHÃES, Lívia (Orgs.). **Mulheres no Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Ed. CRV, 2021, p. 57-74.

MONÇÃO; MUNHOZ.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria: um planetário de erros.** 1981

TORRES, Rosane dos Santos. **Filhos da pátria, homens do progresso: o Conselho Municipal e a instrução na capital federal (1892-1902).** Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

VIDAL, Diana Gonçalves; CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o boletim de educação pública e a revista brasileira de estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 73, n. 175, set./dez. 1992, p. 407-430.

VIDAL, Diana Gonçalves. Sobre territórios e história transnacional da educação. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Sujeitos e artefatos: territórios de uma história transnacional da educação.** Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2020.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 29/05/2022

Aprovado em: 24/10/2022